

Aos quatorze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se de maneira on-line, os membros da Câmara de Educação Infantil de São José dos Pinhais: Carolline Pereira de Araujo Maia, Daniela Medeiros de Oliveira, Delma Regiane C. Furman, Leila Gonçalves de Carvalho e como convidada Marilza Aparecida Pereira Teixeira.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais, Carolline Maia, inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes, propondo que a conselheira Delma conduza a reunião como secretária, adiando a eleição para uma nova presidência de Câmara de Educação Infantil até que as conselheiras Ana Lúcia e Ana Rocha pudessem participar. As conselheiras Daniela Medeiros e Leila Carvalho concordaram plenamente com a sugestão de Delma conduzir a reunião. A conselheira Carolline enfatizou a necessidade de registrar isso em ata e assegurou que a reunião tem validade devido à maioria simples dos membros, conforme o regimento interno. Em seguida leu o artigo 21 (vinte e um) do regimento interno para registrar em ata que as câmaras setoriais iniciam e deliberam com maioria simples de seus membros, garantindo a validade das decisões tomadas na reunião, mesmo com a ausência de alguns membros. Agradeceu a disponibilidade dos presentes, tranquilizando-os sobre a validação da reunião. A conselheira Delma então conduz a 4ª reunião da Câmara de Educação Infantil solicitando que a convidada Marilza, Diretora do Departamento de Educação Infantil de São José dos Pinhais, contasse como foi o processo de revisão do Referencial Curricular. A convidada Marilza explicou que a revisão do documento foi um pedido da secretária e que o tempo hábil não permitia alterações estruturais ou teóricas significativas, pois isso demandaria estudo e consulta aos profissionais. O objetivo era adaptar o currículo existente em vez de voltar ao de 2019, que desconsideraria quatro anos de trabalho, “Eu até conversei com a Leila um pouquinho ontem, com a Dani um pouquinho menos, mas com a Leila, com a Dani, eu já tinha conversado sobre isso, no sentido de que é muito perigoso quando a gente faz uma revisão num documento que foi escrito por outros. A gente precisa ser muito criterioso, respeitoso, porque são profissionais da rede, tem um trabalho, isso já estava estruturado no trabalho pedagógico das unidades. Então, voltar para aquele currículo de 2019 seria desconsiderar tudo que foi feito em um período aí e não dava, é assim, não teria sentido, até porque tem concepções diferentes, jeitos diferentes nos dois currículos. A sociologia da infância, ela avançou muito nas discussões. A gente tem muitas vertentes da sociologia da infância. Eu poderia ter escolhido uma percepção de outros lugares. Mas a partir do olhar do consultor, uma das coisas assim que mais estava ali, a gente já tinha discutido isso no Conselho, é a questão de que quando a gente olha para um único recorte a partir do olhar de uma única pessoa, as coisas também se perdem.” O processo envolveu a remoção de trechos com teor militante e a inserção dos campos de experiência e objetivos de aprendizagem previstos na BNCC. “Porque quando a gente lia tinha muitas militâncias no meio da escrita. Então, primeiro a gente fez esse movimento de limpar essas coisas que eram militâncias para depois olhar o que sobrava ali do que não era militância e tentar ir encaixando ali. Os Objetivos de Aprendizagem e os Campos de Experiência, eles estão previstos na BNCC, são norteadores dos direitos de aprendizagem das crianças. Então isso não pode ficar de fora. Então a gente olhou, primeiro retiramos as militâncias da escrita do texto e depois trouxemos ali os campos de experiência e os objetivos de aprendizagem. Por que os objetivos de aprendizagem? Nós olhamos para outros documentos, outros currículos de outras cidades mesmo aqui da região metropolitana, Curitiba, Araucária, Pinhais. Eu passei assim, eu fiz um arrastão nos currículos da região metropolitana para olhar o que tinha. E o objetivo de aprendizagem ele precisa aparecer. Todos eles aparecem de alguma forma, às vezes aparece de forma diferente, não com aquela escrita, mas estruturada dentro de um quadro como a gente colocou, mas eles aparecem lá dentro de projetos, eles dão muitas pistas que isso está envolvido lá dentro às vezes dentro dos próprios direitos de aprendizagem. Isso é uma coisa que acontece em outros currículos já adequados. E aí olhamos para a BNCC e fomos nos orientando. Também nos orientamos pelo Currículo da Educação Infantil do Estado do Paraná, porque hoje com a questão do alinhamento, estados e municípios na busca da melhoria do IDEB no ensino fundamental, isso é caminho pro Brasil todo, não tem muito para onde fugir. Qual é o papel da educação infantil? onde é que ela se encaixa aqui, quais são as possibilidades. E quando a gente olha, a gente olha para coisas que a gente já fazia, a gente já fez em outros momentos e que foram se perdendo ali na própria orientação, não é tirar as interações e as brincadeiras, elas são norteadoras do trabalho, ali de acordo com as diretrizes, mas a gente vai pincelando coisas que vão sendo desenvolvidas nesse momento. Então, não apresentar, não ter estruturado a possibilidade de a criança testar suas hipóteses de escrita é um desrespeito ao direito da criança. Porque a gente desde que nasce, a gente viu isso lá na universidade, que o professor da universidade repetia todos os professores, acho que de todas as universidades do mundo, a criança nasce, ela já está num mundo letrado, ela já tem acesso. Vamos pensar que essas crianças de 2, 3 anos, elas leem coisas no celular, essas pseudo leituras elas já fazem e daí vão pro CMEIs e elas não têm acesso a isso. Então essa é uma outra coisa que nos norteamos. E aí a gente fez uma coisa que acho que a maior modificação que a gente fez para além dessas inserções, que foi olhar para aqueles processos de registros pedagógicos documentais, porque isso foi uma coisa que apareceu muito nas visitas das meninas que fizeram do projeto Conexões, que o processo documental ele é muito denso e ele é cansativo. Então, não adianta eu produzir um documento de 400 páginas.” Abordou a modificação dos processos de registros pedagógicos documentais, que eram considerados densos e cansativos. A decisão foi remover os modelos existentes no documento para que, futuramente, se possa trabalhar com os profissionais em uma nova forma de registro que seja mais significativa e menos burocrática, priorizando o planejamento e o trabalho com as crianças. Explicou que, após as adequações iniciais, o documento foi revisado por duas pedagogas do departamento: Andressa, com experiência em outras redes de educação infantil, e Miriam, que atuava no CMEI do município. A leitura delas, de diferentes perspectivas, contribuiu para a finalização do documento, considerando as necessidades das crianças de Pré II e a importância de estruturas mais claras. Indicou que, embora o documento

atual atenda às necessidades de formalização, ele não é um documento pronto, é passível de futuras revisões, especialmente nas seções de Pré I e Pré II, que podem ter mudanças maiores. Ela mencionou a detecção de repetições em objetivos de aprendizagem e incentivou os membros a fazerem mais apontamentos para correções antes da homologação. A Conselheira Delma agradeceu e abriu para discussão e considerações. A Conselheira Daniela elogiou a reescrita do Referencial Curricular de São José dos Pinhais, destacando sua clareza, alinhamento legal, valorização das infâncias e inclusão das experiências dos profissionais. Ela considerou muito importante a retirada de textos com tom militante, especialmente os que se referiam ao livro didático, e a inserção dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por modalidade, que ela considerou essencial para a clareza do documento. Daniela também sugeriu que a importância da rotina diária fosse expressa de forma mais clara para garantir a inclusão efetiva de crianças com necessidades especiais. Finaliza dizendo "Recebi também a análise da Ana do Sinsep. Ela me mandou. E aí eu vou mandar para Carol, tá Carol? Porque ela me mandou, ou para a Delma, não sei para quem achar melhor, porque ela mandou direto para mim. Eu acho que ela não tinha o contato das demais." A Conselheira Delma fala "Ela mandou para mim também. Eu até não sei, não sei como vamos proceder, se tudo vai ser resolvido nessa reunião ou se a gente vai precisar de mais uma. Aí eu não sei, Carol, como é que ficaria, se deveríamos ouvir a Ana Lucia ou até a Ana mesmo, o que ela mandou realmente para mim." A Conselheira Carol responde "Olha, eu penso que em questão dessa reunião, a gente validando e votando, é aquilo que eu falei, tem o quórum, o Conselho não tem o tempo, então se não tiver nada que surja, nas falas de vocês, que demonstre, olha, para a Secretaria que é necessário, uma readequação para daí sim levar ao Pleno, a gente faria, a princípio, só ouvi a Daniela, falta eu, falta a Delma, enfim... Então, assim, que eu faria... Eu leria o que a Ana enviou, até para validar o trabalho que ela fez de leitura e da compreensão dela. Vamos dizer assim, a gente não lê, ela enviou, ela fez o caminhar dela depois lá no aí, mas não foi lido. Então e pôr em crédito o que a gente está fazendo aqui, sabe? Ah, então fizeram o que quiseram, porque eu mandei, por que não leram, né? Então eu achava importante a gente validar isso dela. Ela não vai ter o voto aqui porque ela não está participando, mas tem a fala, a fala dela que pode ser que no texto dela traga algo pra gente se pensar, não sei. Então, é... acredito que é isso." A Conselheira Delma fala "Então, no final, depois que todos nós falarmos, eu leio daí a consideração dela." A Conselheira Leila então expressou satisfação com o novo documento, especialmente pela objetividade e clareza da escrita, que facilitará o uso pelos professores. Ela elogiou a retirada das citações sobre livros didáticos, que beneficia as escolas particulares que utilizam esses materiais. A Conselheira Leila diz "Marilza, eu fiz uma anotação que esse eu anotei no meu Referencial aqui e que ficou aqui lá na parte dos materiais que fala sobre crenças. Foi tirado na parte de cima e ficou a sombra de crianças equivocadas. E daí ali no parágrafo de baixo, ele fala em superar essas crenças. Eu achei que essas crenças ali ficaram meio perdidas no texto. Estou com o Referencial antigo aqui e acabei deixando a anotação em casa, mas depois eu posso, de repente, estar mandando aqui no grupo a página certinha que eu vi ali. Eu percebi assim, que no anterior a militância vinha muito como crítica á forma como a rede particular tem trabalhado. Estamos tentando melhorar, estamos trabalhando 100% correto, não sei o que fazemos é errado, também não sei. Mas a gente tá aí em busca. E aí fica assim um pedido, enquanto rede particular, para que a gente tenha a autonomia e aí depois, acho que talvez até leve pro Conselho, Carol, porque assim, eu acho que a forma como chegou pra gente de fazer um estudo sobre esse Referencial que não foi homologado, participar de uma formação sobre ele, depois fazer a impressão de algo que não foi homologado, tudo isso custa dinheiro. Ninguém aqui está nadando em dinheiro. Então, só aqui na minha unidade a gente gastou R\$ 300 para fazer uma cópia de dois referenciais que não foi homologado. E eu acho assim que essas coisas elas não podem chegar com imposição e cabe ao pessoal que está aí dentro, aos departamentos, de não fazer esse tipo de cobrança, porque quando a gente questionou, mas ainda não foi homologado, mas vai ser nos próximos dias. Então, espera a homologação e depois cobra, depois faz com que as escolas cumpram, porque o não cumprimento a gente é notificado e aí a gente é notificado de algo que não foi homologado. Então assim, é uma chateação que o pessoal pediu para que eu trouxesse. Está todo mundo revoltado com essa impressão de algo que não foi homologado, não sou só eu." A Conselheira Carolline afirmou que desconhecia a imposição de imprimir o documento não homologado e acolheu a reivindicação de Leila, garantindo que o documento oficial estará disponível após a homologação. Sobre o documento, aprecia a apresentação visual mais leve do novo referencial e destacaram a remoção de questões pessoais, militantes e poéticas do texto, que não correspondiam ao português padrão, nem à realidade de São José dos Pinhais. A Conselheira Carolline também elogiou a remoção da visão negativa sobre o livro didático, a flexibilização do processo documental e o alinhamento com a BNCC, ressaltando que o documento não é definitivo e pode ser aprimorado. Fez sugestões específicas de revisão de texto nas páginas seis e noventa e três para maior clareza "na página seis que fala assim se valendo da metáfora de Saramago também é preciso dizer que a educação infantil é uma ilha, se você for olhar o texto anterior, a parte o parágrafo acima, eu acredito que ali que a educação infantil não é uma ilha porque eu falo ao contrário, é mar aberto, oceano de encontros. Então, no meu, não sei se eu entendi errado, no meu entendimento, eu acho que a educação infantil não é uma ilha, não sei se eu entendi errado, é que daí faltaria o não ali, né? Porque quando ela fala que é mar aberto, eu falo: Nossa, mas se ela é mar aberto, ela não é uma ilha, né? Na página 93, que é o cinco, "aparato instrumental", bem no começo fala assim, ó: "É provável que os professores iniciem por aqui". E daí eu fui ler o que falava no outro texto, ele complementava, inicie por aqui o quê? Então, no meu entendimento, faltou só complementar. É provável que os professores iniciem por aqui a leitura, que era o que tava no outro, né? E daí ele indicava que se voltasse, lesse todo o documento. Então ali só faltou isso. É possível que os professores iniciem por aqui, mas iniciem o quê? Então só no meu ver ali, só complementar mesmo para dar o entendimento melhor da frase, mas no geral, meu Deus, não tenho não tenho o que falar. Essas são as minhas considerações. ". Próxima a falar, a Conselheira Delma destacou a nova formatação do documento, que considerou mais adequada do que a versão anterior, que parecia um manual e estava diferente dos outros cadernos. Ela também elogiou a remoção do gênero neutro, com a reescrita da nota introdutória, e retirar o tom militante e a maior articulação com documentos anteriores, incluindo

um resgate histórico e a retirada dos QR codes. Delma ressaltou também a importância de os objetivos de aprendizagem estarem explícitos e a inclusão de um parágrafo sobre a formação continuada como direito dos profissionais. Ela observou um dado a ser corrigido sobre o quantitativo de unidades rurais na página nove e agradeceu à Marilza pelo trabalho difícil de revisão. Leu na íntegra as considerações da Conselheira Ana Paula, que analisou como o Referencial contemplava o paradigma da complexidade de Edgar Morin, apresentando-o de forma prática através das conexões de saberes entre crianças e adultos. Ana destacou que o documento atende à realidade dos profissionais de São José dos Pinhais, com uma relação entre conceitos teóricos e práticos, e que a educação infantil busca sua própria identidade, desvinculada da ideia de preparação para o ensino fundamental. Ela também observou que os campos de experiência e direitos de aprendizagem estão construídos em situações concretas e que o texto contempla temas transversais, além de evidenciar a representatividade feminina na educação. Concluiu que a versão anterior do Referencial foi modificada quase em sua totalidade por não atender às necessidades da educação infantil de forma contextualizada, e que a reescrita trouxe profissionais de diversos segmentos, caracterizando uma construção democrática. Ela enfatizou a importância de entender a educação infantil como uma etapa que conquista identidade própria e concebe a criança como ser cultural e social. A Conselheira Delma questionou se a manifestação final deveria ser registrada por escrito ou apenas verbalmente, e a Conselheira Carolline sugeriu uma votação para a aprovação ou não da reescrita do documento. A Convidada Marilza solicita a palavra e agradeceu aos membros pela leitura cuidadosa e reconheceu a dificuldade de mexer em um trabalho feito por outros, mantendo a imparcialidade política e focando na construção de um documento que beneficia toda a rede. Ela explicou que algumas sugestões, como a da rotina, não foram incluídas imediatamente para evitar burburinhos desnecessários e para esperar a homologação do Referencial. Marilza também refletiu sobre a experiência pessoal e o compromisso de construir políticas públicas, valorizando a diversidade de pensamento no Conselho, e expressou sua gratidão pela colaboração e a beleza da educação em sua constante mudança. Ela mencionou a Resolução 1 de 2024 do CNE, sobre parâmetros de qualidade, que exige adequação em 200 dias, uma vez que ninguém havia se adequadado. Marilza enfatizou a importância de observar esses parâmetros e o processo contínuo de melhoria, agradecendo à equipe e pedindo feedback para manter o foco. A Conselheira Daniela expressou sua gratidão à equipe do Departamento de Educação Infantil, especialmente a Marilza pela coragem e carinho em revisar o documento, reconhecendo o quanto o documento anterior era desafiador para as unidades. Daniela pediu que Marilza levasse o carinho da equipe para suas colegas, ressaltando a dificuldade de adaptar as práticas a um novo documento. A Conselheira Carolline convidou Marilza e sua equipe para a próxima reunião do conselho em 4 de setembro, a fim de apresentar a nova equipe e fortalecer sua gestão, enfatizando que o Conselho atua como um conselheiro, não um opositor “a próxima reunião nossa do Conselho, em 4 de setembro, fica meu convite para você trazer tua equipe, tá? E apresentar, eu acho importante, porque houve uma mudança integral da sua equipe, então é bacana. Se você puder ali, já dou o comecinho da reunião, para você apresentar tua equipe e para fortalecer essa tua gestão. Eu acredito que aquilo que eu falo, o Conselho, ele não é um opositor, ao contrário, ele é um conselheiro, né? Então eu falo, gente, ele é um conselheiro da Secretaria, ele não é um opositor, não se pode colocar nesse papel. E também uma outra coisinha que eu lembrei que eu queria te falar, que claro que não ia dar agora nesse Referencial, é a questão da Educação em Tempo Integral, que também precisa ser alinhada dentro desse Referencial. Então, a inclusão, a alfabetização e letramento, a transição e a educação em tempo integral, que eu acredito que pro próximo aí, pras adequações que vocês venham fazer, seja necessário ser contemplado. Eu agradeço aí, agradeço sua equipe também, o Conselho está aberto aí para quando vocês precisarem também dele, tá bom? É isto.” A convidada Marilza fala “Em relação à Educação Integral, a gente precisa construir uma proposta para educação infantil, até porque pro ano que vem nós vamos fazer um... vou fazer um spoiler para vocês, né? Fazer uma, uma testagem. A gente vai criar cinco CMEIs em regiões distintas, integral, até o Pré II. E aí a gente precisa construir uma proposta de... eu falei essa semana passada com a Sirlei, que está lá no ETI, sobre isso. Eu falei, Sirlei, o documento que nós temos hoje da Educação Integral, ele não contempla a educação infantil naquelas dimensões que lá estão. Então, a gente tem, até falei para as meninas, a próxima etapa nossa, mais árdua, é essa, da gente pensar nessa construção dessa proposta de Educação Integral, aí pensando nos Infantis IV e nos Prés, aí, que são os maiores, né?” A Conselheira Carolline fala “Eu acho que vocês ganharam, Marilza, porque com a nova diretrix ali, vocês podem construir em cima dela, então já faz mais limpo, vamos dizer entre aspas, tá? É um comentário meio bobo, mas é só para alegrar vocês.” Em seguida a Conselheira Leila agradece Marilza em nome da rede particular, elogiando sua iniciativa de visitar as escolas para entender suas necessidades e por ser uma das formadoras da equipe. Leila expressou a esperança de que a rede particular seja vista com um novo olhar pelo Departamento, ressaltando a importância do acolhimento, visto que as 80 unidades particulares fazem parte do Sistema Educacional. A Conselheira Delma agradece Marilza, pela sua participação e pelas suas contribuições, “agora a gente prossegue aqui na nossa votação.” A Convidada Marilza agradece e se despede. A Conselheira Carolline reforçou que as falas da reunião devem ser mantidas em sigilo para evitar interpretações equivocadas, especialmente sobre o termo militância, que poderia criar a impressão equivocada de oposição. Enfatizou a necessidade de manter a ética e o compromisso, de que os desabaços sobre o Referencial, que precisava de adequações, não transpassem, e a importância de ter empatia entre o ensino público e privado. Também destacou que a escola particular não deve ser desmerecida e incentivou a conselheira Leila a continuar participando ativamente do Conselho, defendendo a liberdade de expressão e o respeito. A Conselheira Delma dá seguimento na reunião dizendo “Então tá, vamos começar a nossa votação. Pode começar por você mesmo, Carol, seguindo a ordem alfabética.” A Conselheira Carolline diz “eu aprovo com certeza.” A Conselheira Daniela diz “Aprovado. Com louvor.” A Conselheira Delma fala “Bom, o meu voto também é favorável.” A Conselheira Leila fala “também aprovo. Está aprovadíssimo. E bem feliz aí com a nova escrita.” A Conselheira Carolline então continua “meninas, eu vou propor para o Conselho, eu vou fazer agora, tá? Uma enquete de uma reunião extraordinária segunda-feira, tá bom? E aí a leitura do parecer vem pela Delma, da aprovação. Enfim, para que o

Pleno contemple ali o que foi feito. Vou disponibilizar, a partir de agora, também essa reescrita da atualização do Referencial para os outros conselheiros, tá bom? Vocês aprovam isso, para que eles tenham o tempo também de dar uma olhadinha. Mas eu queria fazer uma fala aqui para vocês que eu tenho falado muito dentro do Conselho, para não desmerecer o que a Câmara faz, porque eu não acho justo. Eu não acho justo chegar lá na hora do Pleno e virar um “não, não concordo”, sabe? Então assim, Delma, por favor, com muito carinho, com muito respeito aos outros conselheiros, que a gente possa construir uma fala junto com as meninas que estão aqui, importante elas afirmarem junto com você na reunião do Conselho, para que você não se sinta só, já que não é uma comissão que está falando, específica, mas isso é sobre a importância do nosso papel aqui dessa reunião, porque pode vir, não sei o que se passa na cabeça dos outros, pode vir “não, não concordamos, não aprovamos”, por isso, por isso e por aquilo. Então eu acho assim, que a o Regimento, novamente, ele não fala sobre isso. Eu acho injusto você se debruçar e depois o Pleno, em algumas questões, não que não posso, não estou tirando direito do Pleno, mas em algumas questões, chegar lá e começar a discutir e sabe? Então o meu entendimento é esse.” A Conselheira Daniela enfatiza “Até porque, Carol, foi uma leitura em tempo recorde. Todas nós tivemos que parar tudo que estávamos fazendo para se debruçar em cima desse documento. Estou feliz porque eu vi que é um documento maravilhoso, que foi elaborado com muito carinho, mas a gente também teve que parar nossas funções. Então tem que respeitar isso, tem que ser respeitado.” A Conselheira Carolline conclui a reunião dizendo “Sim. É, eu vou mandar o Referencial e vou colocar que se tiver alguma consideração, que envie para o e-mail do Conselho. Que daí a gente evita muitas conversas lá na hora, como a reunião do Conselho, eu vou colocar lá também, se pode ser de manhã ou à tarde. Era importante que ela fosse à tarde, na segunda, para que se tivesse mais tempo dos outros lerem, e colocar as considerações até segunda-feira de manhã, enfim, porque daí assim evita muitas conversas e uma reunião mais longa também, que não é o caso. É para ser uma reunião bem rápida para essa aprovação aí do Referencial do infantil”. Nada mais havendo para tratar, a Conselheira Carolline agradece a participação de todos e encerra a reunião. Eu, Vanessa Ribeiro de Andrade Silka, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada pela Secretária da Câmara de Educação Infantil de São José dos Pinhais, Delma Regiane C. Furman.